

Ensino de filosofia e compreensão de textos filosóficos

Gonzales Porta, M.A.: *A filosofia a partir dos seus problemas*, São Paulo, Loyola, 4ª edição, novembro de 2014.

Pode parecer estranha a elaboração de resenha de um livro em sua quarta edição, publicado pela primeira vez em 2002 e já merecedor da atenção de Marcelo Carbone Carneiro em 2003.¹ Mas é justamente essa longevidade, não exatamente comum em Pindorama, que justifica o novo conjunto de linhas.

Trata-se de trabalho singular, distinto da tônica das publicações dedicadas ao ensino de filosofia após 2008, quando foi promulgada a Lei 11684, que definia a obrigatoriedade do seu ensino ao longo do Ensino Médio. Diferencia-se, nas palavras do autor, de uma “introdução à filosofia para pessoas que nunca tiveram contato com essa disciplina, e que procuram uma primeira aproximação com ela” (p.16), voltando-se, em vez disso, para “um aluno de filosofia que já sobreviveu a seus decisivos primeiros anos, um de pós-graduação cômico de uma formação inadequada ou até um professor que experimenta desconforto com os resultados obtidos”. (p.16) Deixando de lado a sugestão de atalhos ou sínteses que facilitem a compreensão de autores e escolas, bem como a proposição de dinâmicas diretamente aplicáveis a situações de aula, o livro de Mário Porta atém-se aos caminhos de construção de entendimentos sem os quais não seria possível perseverar no ensino ou na aprendizagem da filosofia.

O escrito tem, decerto, “pressuposições teóricas de todo tipo e natureza” (p.15) Uma delas, mais amiúde desenvolvida a partir do capítulo 4, é a de que a filosofia envolve precipuamente a lida com “textos”, textos que são melhor compreendidos a partir dos problemas com que se defrontaram seus autores.²

1 Trans/Form/ Ação, São Paulo, 26(2): 143-145.

2 O capítulo 6, de título “O não textual”, discute entre outras coisas a noção de “texto”.

* Edgar Lyra é professor do programa de pós-graduação em Filosofia da PUC-Rio.

A compreensão desses problemas traz consigo, por sua vez, a exigência de certo nível de pré-compreensão de contextos histórico-filosóficos, e mesmo das linhas gerais dos pensamentos dos autores e textos a serem estudados em profundidade.

O que o livro oferece, em síntese, é uma espécie de chamada sistemática de atenção para pontos nodais no processo de compreensão textual. Nisso reside o seu grande mérito. Ainda que leitor possa não concordar integralmente com os pressupostos nele contidos, por exemplo, com um apreço do autor pela racionalidade e pela análise que chega a flertar com uma integral “deconstrução literária” dos textos, mesmo metodológica, é certo que as questões levantadas são todas muito relevantes.

Ilustrando, o autor alerta para o fato de que “quando não se entende, não se entende por alguma razão” (p.59). Recomenda precisar o que não se entende – e por que não se entende – e, verificada a falta do chão necessário a certo entendimento, “suspender de modo provisório a leitura do texto até possuir uma formação adequada (p.59). Sugere, ademais, que a honesta falta de entendimento possa ser antídoto eficaz contra a “ingenuidade filosófica”.

Ainda entre os pontos essenciais ao esforço compreensivo, o autor dá destaque à tarefa de identificar termos que se revestem de significados técnicos ou específicos, de modo a evitar que sua acepção corriqueira possa contaminar toda a leitura (p.66). Também é evidenciada a necessidade de aceitar que o filósofo possa, em suas teses, estar contradizendo coisas que temos por verdadeiras; ou a necessidade de recorrer a comentários, sem perder de vista que os comentadores clássicos não raro discordam entre si, e que essa discordância pode funcionar como uma “verdadeira ponte pela qual se passa, de um modo quase imperceptível, do comentário à reflexão autônoma” (p.75). Enfim, dando por encerrada essa seletiva enumeração, é importante ressaltar a atenção do autor aos contextos nos quais têm de se dar as reconstruções dos problemas aos quais as teses filosóficas em análise pretendem fazer frente. Fato é que, sem se pretender um manual de “metodologia para filósofos” (p.65), o livro vai trazendo à luz questões centrais para a construção de um real entendimento dos textos filosóficos.

A terceira e última parte do escrito é dedicada à aplicação das indicações fornecidas à reconstrução de dois momentos filosóficos clássicos: o que evolve a elaboração da Crítica da razão pura, de Kant, e aquele que concerne à produção da Filosofia das formas simbólicas, por Cassirer. O primeiro capítulo materializa situação em que um texto difícil se torna mais palatável à luz de uma explicação “simples” dos problemas com que se deparou Kant. Já o

segundo abriga a análise de uma obra de leitura não propriamente difícil, mas que, sem a compreensão dos problemas que a originaram, arrisca perder-se em imprecisões conceituais e proliferações interpretativas incontroláveis.

Ainda um derradeiro capítulo discute “A unidade da filosofia contemporânea do ponto de vista da história da filosofia”. (p.151) O desafio enfrentado é o da unidade da filosofia contemporânea, e desta com a sua história. O autor defende, a partir de certa compreensão da história da filosofia, a “comensurabilidade entre filosofia analítica e fenomenológico-hermenêutica” (p.171). Essas correntes aparentemente irreconciliáveis teriam um “núcleo temático comum” (p.171) ligado a uma “teoria da significação” (p.165) ampliada, isto é, não redutível ao que chama de “mitologia analítica” (p.172). Mostra-se, afinal, uma das mais importantes pressuposições teóricas de todo o livro: a tradição hermenêutica como principal fonte de inspiração do autor, ainda que matizada e irrigada com análises de Frege, Wittgenstein e outros analíticos.

Seja como for, o livro continua recomendável aos públicos identificados nas primeiras linhas desta resenha, seja pelas indicações que fornece, seja pelas reflexões às quais convida. Concordar ou não com essa ou aquela posição nele defendida não é decididamente o mais importante.